

Editorial v. 9, n. 1

Pela valorização da cultura e da arte



Depois de tudo, a *Coromantee* war não acabou com a pacificação em 1761. A insurreição era econômica, política e suas reverberações culturais se espalharam para além do Atlântico e adentraram profundamente no futuro. Devidamente trabalhada, essa história continua a ressoar até os dias de hoje. Aquela guerra pode ter sido derrotada, mas os povos oprimidos do mundo transformaram perdas similares em lições que os fazem continuar lutando. Fortalecidos pelo conhecimento de que o poder pode ser montado para barganhar ou submeter-se e que suas vidas importam agora e para sempre (BROWN, Vincent. 2021).¹

Desejo que os escritores, os artistas, os filósofos e os cientistas possam se fazer ouvir diretamente em todos os domínios da vida pública em que são competentes. Creio que todo o mundo teria muito a ganhar se a lógica da vida intelectual, da argumentação e da refutação, se estendesse à vida pública. Hoje, é a lógica da política, da denúncia e da difamação, da "sloganização" e da falsificação do pensamento do adversário que se estende muitas vezes à vida intelectual. Seria bom que os "criadores" pudessem exercer sua função de serviço público e, às vezes, de salvação pública. Pensar na escala da Europa é apenas elevar-se até um grau de universalização superior, marcar uma etapa no caminho do listado universal que, mesmo nas coisas intelectuais, está longe de ser realizado. Não se teria ganho grande coisa, de fato, se o eurocentrismo tivesse substituído os nacionalismos feridos das velhas nações imperiais. No momento em que as grandes utopias do século XIX revelaram toda a sua perversão, é urgente criar as condições para um trabalho coletivo de reconstrução de um universo de ideais realistas, capazes de mobilizar as vontades, sem mistificar as consciências (BOURDIEU, Pierre. 1998, p. 10)².

¹ Tradução nossa. Do original: "After all, the story of the Coromantee war is not end with the pacification of 1761. The insurrection's economical, political and his cultural reverberations spread wide across the Atlantic and stretched long into the future. Properly told its story continues to resonate to this day. That the war may have been lost, but oppressed people have turned similar losses into lessons that would keep them fighting on. Fortified by the knowledge that the power might be made to bargain or submit and that their lives matter now, then and forevermore". Texto transcrito de uma palestra proferida pelo autor sobre seu livro "Tacky's revolt: the story of an Atlantic slave war" (BROWN, 2020).

² Em entrevista a R. P. Droit e T. Ferenczi, publicada em Le Monde, 14 de janeiro de 1992.

A equipe da revista Faces da História tem o prazer de publicar o primeiro número de 2022, que abre com uma singela e humilde homenagem à Dama da literatura brasileira, Lygia Fagundes Telles, que nos deixou no último mês de abril, escrita pela mestrandia da Universidade de Maringá, Maria Fernanda Silva Dias. Em seguida, temos os doze artigos do dossiê A Cultura Cinematográfica e sua História: cinematecas, cineclubismos, festivais, filmes, historiografias e salas de cinema, escolhidos e organizados de maneira muito atenta pelos Doutores Rafael Morato Zanatto e Rodrigo Archangelo. Em um momento de políticas de desmonte da cultura propiciadas pelo Governo Federal, os artigos que aqui se apresentam se mostram, além de uma forma de resistência, como uma contribuição genuína para o alargamento do conhecimento sobre a História do Cinema, bem como do entendimento da importância que esta possui para a vida social e política não somente no Brasil, mas em todo o globo.

Antes de considerar sobre os textos que integram a seção de Artigos Livres, é fundamental agradecer o rigoroso trabalho do conselho editorial de Faces da História, que foi incrementado neste semestre por novos alunos matriculados no, agora fundido, Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, que incluiu discentes das unidades de Assis, e pela primeira vez, Franca, todos muito bem vindos ao nosso periódico. Aproveitamos para demonstrar a profunda gratidão aos revisores e revisoras gramaticais e de língua estrangeira, aos já citados coordenadores do dossiê, os pareceristas de todas as seções, cujas avaliações às cegas permitiram a apreciação crítica dos artigos e dos, evidentemente, autoras e autores que escolheram encaminhar seus textos para a revista dentre inúmeras possibilidades acadêmicas no Brasil.

Aproveitamos para agradecer especificamente às Professoras Doutoras Karina Anhezini, pela orientação e apoio diante do Conselho Geral do Programa de Pós-Graduação do Programa, e Tânia Regina de Luca, que aceitou o convite feito pelo Conselho da Faces da História e passou passando a ser docente representante do periódico. Todas essas pessoas, gostamos de lembrar e refletir, integram e atuam lado a lado na conjuntura mais ampla da produção e divulgação de conhecimento científico e resistem nessa atual conjuntura política que ataca e precariza as universidades públicas e as humanidades.

Discorrendo brevemente para a sessão de Artigos Livres, caracterizada pela variedade de temas e recortes ligados ao campo da história, tivemos quatro contribuições, das quais a abertura ficou a cargo do texto *As contribuições da Escola*

Sociológica de Chicago para os estudos migratórios e seus reflexos no Brasil dos autores Aline de Sá Cotrim e Alex Guedes Brum, que refletem sobre as contribuições da Escola Sociológica de Chicago (1915-1940) para os estudos migratórios do século XX, considerando as influências para o Brasil, em especial na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo entre as décadas de 1940 e 1950. Foi a partir da influência norte-americana que a pesquisa sociológica brasileira passou a tentar aproximar o estudo da cidade ao sujeito habitante nela. Buscava-se, naquele momento, entender como os imigrantes estavam se adaptando aos novos contextos sociais. Os autores observam que as duas escolas trabalharam com conceitos de “assimilação” e “aculturação” na integração dos estrangeiros e os novos espaços.

Cotrim e Guedes fazem uma importante discussão bibliográfica com os clássicos da sociologia para debater acerca das migrações e imigrações, fenômeno característico no período final do século XIX até o pós segunda Guerra Mundial. Desse modo, muito se utilizou das técnicas e estudos realizados em Chicago para entender grupos estrangeiros estabelecidos no Brasil. Os autores compreendem a imigração de pessoas para diferentes locais no mundo como uma consequência do processo de modernização e que a assimilação, apesar de longa e dolorosa para o imigrante, contribuía para seu desenvolvimento e adaptação à sociedade local.

Seguindo a questão, de certo modo, da perda de autonomia e da inferiorização cultural de um grupo pela dominação de outro autodenominado superior, a proposta do artigo *Etnia e tradições historiográficas: quando as vozes indígenas se fazem escutar* de autoria de Luís Alberto Martín Dávila Murguía tem como fio condutor a narração do evento da praça de Cajamarca e a captura do inca Atahualpa pelos soldados do espanhol Francisco Pizarro. Compreendendo a problemática das fontes históricas, o autor buscou problematizar a relação entre a etnia dos cronistas e a tradição historiográfica espanhola e indígena. É evidenciado que essas duas tradições passam a se entrelaçar a partir do processo de conquista do Império Inca, resultando em características permanentes na produção do conhecimento histórico. Desse modo, o autor não nega a existência binária dessas tradições, mas busca desvendar as relações que se estabeleceram entre elas. Neste ponto é válido destacar a questão da colonização, pois com a chegada dos espanhóis a única tradição percebida como válida era a hispanista, sendo a inca realocada para o campo da fábula e ficção demoníaca.

A questão da escrita no episódio da captura de Atahualpa foi vista como um exercício de poder, pois era uma habilidade de um grupo socialmente privilegiado. Murguía traz a percepção de que a possibilidade de escrever a história dos primeiros anos da conquista constituía-se como exercício de poder e perpetuação de uma narrativa

que impunha uma verdade única. Todavia, o autor ressalta que quando os indígenas e mestiços utilizavam da escrita para compor seus textos eles se distanciavam do modelo hispânico, o que se tornou um instrumento de empoderamento nas mãos dos indígenas.

Pensando os saberes construídos por meio da integração entre culturas e regiões, o artigo *Construção de uma História da Medicina Japonesa pela perspectiva de Yû Fujikawa e Tôyô Yamawaki* de autoria de Victoria Regina Borges Tavares tem como interesse apresentar apontamentos sobre a medicina japonesa e as influências da China e Holanda nos estudos médicos do Japão. Entrementes, foi por meio da doutrina budista que os japoneses tiveram contato com o conhecimento chinês e ainda sofreriam influências com a chegada da medicina ocidental entre os séculos XVII e XIX. Ademais, a aproximação entre Japão, China e Holanda proporcionou a introdução da medicina tradicional chinesa no território japonês.

Tavares buscou identificar quais influências os autores Yû Fujikawa e Tôyô Yamawaki tiveram em suas formações e conseqüentemente em suas obras voltadas à construção da História da medicina japonesa. O primeiro autor, por ter estudado na Alemanha sofreu influências do país, de volta ao Japão ele buscou estudar a história da medicina japonesa desde os tempos antigos até o final do período Edo e início do Meiji, publicando livros de grande valor. Além dos conhecimentos científicos Fujikawa defendia a importância das questões relacionadas à religião e para o tratamento de doenças. O segundo autor, Tôyô Yamawaki foi um médico do período Edo, pioneiro nos estudos de anatomia no Japão. Suas influências foram tanto de nacionais quanto internacionais. As publicações desse autor foram importantes pois abriram precedentes aos estudos de anatomia no país e gerou oportunidades para novos estudos de medicina.

Encerrando a sessão de Artigos Livres, apresentamos o artigo *Os manuais de encadernação como fonte de pesquisa: as séries metódicas de ofício do SENAI e a questão da técnica e da tecnologia* da autora Fernanda Kelly Silva de Brito que se debruça sobre a metodologia do Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI) que utilizou os chamados *manuais* no sistema de ensino e aprendizagem. Dessa maneira, o interesse em questão do artigo se voltou ao manual de encadernação, elemento integrante do *Curso de encadernação*, vol. I, II e III (1941), inserido no ainda no curso de *Tipografia e Encadernação*.

Além do manual acima, nos anos de 1950 foram publicadas as *Séries Metódicas de Ofícios* na década de 1950 que estavam inseridas na Organização das Séries Metódicas, criando uma rede de documentos conectados entre si. Desse modo, a autora observa que durante o século XIX o manual passou a ocupar um espaço como forma de aprendizado e prática, rompendo a tradição entre mestres e aprendizes. Por fim, a autora percebeu

que os manuais tinham intenção de tratar de técnica, processos e procedimentos, e em sua grande maioria eram publicações para iniciados e não iniciantes, o que se remete a presença dos mestres.

Fechando esta edição do periódico, na seção Notas de Pesquisa, contamos com uma contribuição de Paulo Henrique Eto, graduando pela Universidade Federal Fluminense (UFF), que escreveu sobre as cidades na baixa idade média portuguesa. A todos os autores parabenizamos as reflexões e pesquisas desenvolvidas e mais uma vez defendemos seu trabalho e esforço de produzir conhecimento no Brasil, combatendo negacionismo, mitos, nacionalismos exacerbados e informações falsas, além de levá-lo para o lugar e as pessoas que de fato são proprietárias desse saber: a sociedade. Para Hobsbawm (2013, p. 23), historiadores e estudantes da disciplina têm essa função social, esperamos fazer nossa parte nesta tarefa.

Antes de encerrar, a Faces opta também, pela publicação do editorial coletivo **Por uma política de valorização das Revistas acadêmicas na área de História**³, em conjunto com o fórum de editores da Associação nacional de história (ANPUH), que segue na íntegra abaixo:

Nas últimas três décadas, o lugar e o papel dos artigos científicos publicados nos periódicos ampliaram-se significativamente no campo das Humanidades, mesmo que este processo seja resultado, em parte, da indução da CAPES, a agência de avaliação da pós-graduação nacional. No entanto, apesar do crescente volume de artigos e de revistas publicados (incluído periódicos discentes), não observamos um crescimento equivalente nos usos destas referências, tanto em outros artigos, teses e dissertações e livros quanto com sua presença em ementas de cursos de graduação e pós-graduação. Caberia perguntar: será que lemos e acompanhamos os artigos que saem nos periódicos, ao menos, nas áreas de nossas especialidades?

A resposta parece ser não, o que pode indicar uma certa distorção: apesar de ser um elemento altamente valorizado na avaliação dos programas de pós-graduação, e envolver um grande trabalho de avaliação e edição por parte das equipes editoriais de periódicos, sua inserção no cotidiano do pesquisador em História não parece ser central. Se tomarmos como certo que os artigos deveriam representar os primeiros resultados de pesquisas originais, não caberia a nós, como comunidade, valorizá-los? Nos arriscamos a dizer que duas ações deveriam ser pensadas de modo a contribuir com uma mudança neste quadro: primeiramente, uma ampliação nos usos de artigos científicos na prática de pesquisa, além disso, o reconhecimento dos trabalhos realizados pelas equipes editoriais (editores de periódicos e avaliadores/pareceristas, em especial).

É um consenso partilhado entre nós a importância dos livros autorais como fruto da consolidação de pesquisas originais, muitas delas acumuladas ao longo de anos. Os artigos de periódico, no entanto, podem ter outra função: a de apresentar novidades de pesquisas, de abordagens, de revisões do campo

³ Texto publicado originalmente em: <https://zenodo.org/record/5748261#.Yb3RiGjMI2w>

historiográfico, de reflexões sobre a docência e sua prática etc., cujo caráter exploratório é sempre bem-vindo. Seria salutar que alguma reflexão sobre seus formatos estivesse presente nos nossos espaços formativos. Mas provavelmente a questão passe por um gargalo: como nós, enquanto campo, desejamos potencializar a leitura e uso dos artigos publicados se durante a formação do historiador (no nível de graduação e pós-graduação) a imensa maioria dos itens bibliográficos das ementas disciplinares são de livros? E mesmo os textos obrigatórios valorizam capítulos muito mais que artigos? Sem uma formação que prepare a comunidade historiadora para consultar, usar e refletir sobre este tipo de referência dificilmente este quadro se alterará.

Observando o que as revistas do campo têm feito ultimamente, cabe apontar que utilizamos muito pouco o que oferecem para reflexão e atividades de formação. Além dos tradicionais dossiês, as seções de debate, informes de pesquisas, entrevistas, blogs, entre outros, e mais recentemente lives e discussões online que aumentaram progressivamente com a pandemia, quase nada disso parece ser material orgânico de discussão sobre seus temas e produções. Poucos são os cursos que promovem reflexão e acompanhamento de revistas nas áreas especializadas, dentro e fora do Brasil, o que pode ser especialmente significativo na pós-graduação devido ao fato dos periódicos serem veículos de comunicação das pesquisas mais recentes, bem como espaços de interações recorrentes. E o que dizer de cursos que promovam atividades formativas acerca da produção editorial em seus vários níveis, até mesmo de avaliadores, o que conta com ainda experiências inovadoras muito pontuais.

Nada disso fará sentido se não investirmos na valorização do trabalho editorial como um todo: a atuação dos editores, conselhos, assistentes e avaliadores. Este processo envolve ao menos dois âmbitos: (a) reconhecimento institucional do trabalho daqueles envolvidos no processo de edição de um periódico; e, (b) reconhecimento do trabalho na elaboração dos pareceres dos artigos avaliados.

A atuação das equipes, em seus mais variados níveis, requer um reconhecimento institucional que talvez deva ter um forte arrimo dentro de nossos próprios departamentos, programas, universidades, sem contar nossa avaliação como pesquisadores e docentes. A condução e execução dos trabalhos dos periódicos requer horas a fio de trabalho voluntário em prol do campo científico e, na imensa maioria das vezes, sequer é levado em conta como atividade pelas instituições – salvo raríssimas exceções. O mesmo se pode dizer dos trabalhos dos discentes envolvidos nos processos de editoração de periódicos que deveriam ter computadas, ao menos, as horas que essas atividades tomam, se as entendemos realmente como experiência central na sua formação. Os editores arcam com o tempo, o acúmulo de trabalho (vale dizer que quanto menor o periódico, mais o trabalho é centralizado em poucas pessoas), a dificuldade de encontrar pareceristas especialistas, para garantir a publicação dos números na periodicidade mais adequada possível.

Infelizmente não é muito diferente no trabalho dos pareceristas. Na imensa maioria, temos uma atuação praticamente voluntária e anônima, em que a demanda pela sua grande especialização e qualidade do parecer tem um mínimo de reconhecimento (uma declaração de atividade realizada, a ser computado em relatórios de atividades de departamentos e/ou no programa), que é bem aquém da contrapartida ofertada. Não à toa, não há revista que não enfrente atualmente dificuldade em se encontrar pareceristas, e ainda mais

dispostos e com tempo para dedicação às avaliações. Enquanto não valorizarmos o trabalho dos pareceristas como produção intelectual sumamente qualificada, novamente estaremos com poucas possibilidades de reverter o quadro. Ainda mais diante dos novos desafios que se colocam às revistas hoje em dia para que sejam veículos muito mais dinâmicos e ativos na interação com a comunidade, e menos simples repositórios de textos.

Arriscamos dizer que o reconhecimento de todas essas etapas de produção e avaliação pode apontar para um saudável caminho contrário ao produtivismo, em prol de uma cultura de maior leitura e interação com os periódicos. Alterar a cultura consolidada da área no que toca às revistas, e incentivar uma maior experimentação diante das possibilidades atuais das plataformas digitais é algo mais que bem-vindo atualmente, mas que demanda tempo precioso de trabalho de todas e todos nós.

Nada disso é possível sem recursos. Editar um periódico de qualidade exige recursos financeiros no pagamento de equipes especializadas – revisão, tradução, diagramação, secretários/assistentes editoriais, marcação XML, hospedagem de sistema de gerenciamento do fluxo editorial, DOI, entre outros. A mudança do suporte de papel para o digital pode ter apresentado uma ideia ilusória de que os custos se reduziram. No entanto, de modo geral, os custos ficam equivalentes ou maiores, na medida em que trabalhos mais especializados se tornaram imperativos, assim como a necessidade de criação/disponibilização de sistemas que garantam o acesso digital no curto, médio e longo prazo. Neste sentido, financiar um livro é muito mais fácil do que uma revista acadêmica que exige trabalho constante e qualificado que não pode ser como que sorrateiramente embutido nas tarefas de docência e pesquisa.

Neste sentido, a demanda por recursos financeiros é mais que urgente, seja nacionalmente, seja em nossas instituições e programas. Sua falta tem levado ao encerramento da atividade de vários periódicos, desde pequenos títulos até mesmo revistas do mais alto estrato no sistema de avaliação nacional. Uma posição hegemônica dentro da área de história e recorrente em grande parte das humanidades é que os periódicos não devem realizar cobranças de taxas, seja dos autores (normalmente nomeadas como ‘taxa de processamento de artigo’, APC, *article processing charge*), seja dos leitores (taxas de assinaturas ou de acesso). Deste modo, e considerando que o vínculo da grande maioria das revistas é com as instituições de ensino superior (IES) públicas, as alternativas são as chamadas públicas da modalidade programa editorial. Dentre estes sistemas de financiamento são poucos os que contemplam os novos periódicos ou os emergentes; em geral, o foco tem sido nos periódicos indexados nas grandes bases de dados nacionais e internacionais. As alternativas para os periódicos novos e emergentes seriam as Fundações de Apoio e recursos das próprias IES, no entanto, têm sido cada vez mais raros esses editais. Ainda assim, raramente essas agências financiadoras contemplam este grupo. O estrangulamento financeiro dos periódicos alija as comunidades de pesquisa no seu processo de crescimento e consolidação, além de comprometer e reduzir a pluralidade de tópicos de pesquisa e, com isso, a bibliodiversidade do campo.

Diante cenário nacional de descaso e desfinanciamento das pesquisas, nossa atuação política é lutar pelo financiamento sempre! Mas é fundamental lembrar também o quanto pode ser crucial uma cultura de pesquisa e formação que valorize as revistas científicas da área, no âmbito do uso e dos trabalhos para sua produção.

Boa leitura!

Arthur Daltin Carrega

 <https://orcid.org/0000-0002-8366-9134>

Tamires Sacardo Lico

 <https://orcid.org/0000-0002-8298-2647>

Thaynara de Oliveira

 <https://orcid.org/0000-0001-6053-3747>

Referências

ANPUH-BRASIL, Fórum de editores de periódicos. Por uma política de valorização das Revistas acadêmicas na área de História. 2021. São Paulo. Disponível em: <<https://zenodo.org/record/5748261#.YrXqqHbMLIW>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal*. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1998.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BROWN, Vincent. Geography at Berkeley. Vincent Brown - 4 March 2020. Youtube, 4 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qyHzzO14tPo>>. Acesso em: 03/03/2021.

BROWN, Vincent. *Tacky's revolt: the story of an Atlantic slave war*. Cambridge, Massachussets: The Belknap press of Harvard University, 2020.